O ENCONTRO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COM A
RESPONSABILIDADE CIVIL

THE MEETING OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE WITH CIVIL LIABILITY

Mariana Mesquita Moraes Rosa*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo estudar o instituto da Inteligência Artificial, conhecendo os seus fundamentos e origem, explorando os diversos outros conceitos que a envolvem. Entende-se que é necessário identificar os riscos decorrentes da utilização da IA e como o Direito consegue lidar com essa nova realidade, com especial foco no campo da Responsabilidade Civil e os desafios trazidos pela Inteligência Artificial ligados à necessidade de regulação e atuação ética. A metodologia empregada na pesquisa foi teórica e descritiva.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Responsabilidade Civil; Desafios; Regulação.

Abstract: This article aims to study the institute of Artificial Intelligence, knowing its foundations and origin, studying the various other concepts and institutes that involve it. It is understood that it is necessary to identify the risks arising from the use of AI and how Law can deal with this new reality, with a special focus on the field of Civil Liability and the challenges brought by Artificial Intelligence linked to the need for regulation and ethical action. The methodology used in the research was theoretical and descriptive.

Keywords: Artificial Intelligence; Civil Liability; Challenges; Regulation.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objeto o tema da responsabilidade civil ligado aos conceitos de Inteligência Artificial, onde é feita uma busca sobre os conceitos dos institutos, entendendo como foi o surgimento dessa nova realidade e os reflexos dessa conexão com o direito. A Inteligência Artificial está provocando uma revolução em múltiplos setores da sociedade, transformando desde a saúde até as finanças, e tornando-se uma presença inegável em nosso cotidiano. A dependência crescente dessa tecnologia destaca seu papel crucial no avanço e na eficiência de diversas áreas.

* Mestranda em Direito da Empresa e dos Negócios na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) – Mestrado Profissional e Acadêmico. Pós-graduada em Direito Público pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP). Pós-graduada em Direito Penal e Processo Penal pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter). Advogada atuante com Direito Empresarial na FZ Advogados.

Contudo, o rápido avanço da IA também suscita questões éticas e desafios legais significativos. A integração dessas novas tecnologias levanta preocupações sobre responsabilidade civil, especialmente quando erros ou decisões controversas são atribuídos a sistemas autônomos. O Direito enfrenta o desafio de compreender profundamente os riscos associados à implementação da IA e de estabelecer regulamentações que protejam os direitos individuais e coletivos. É essencial que haja um debate contínuo sobre as implicações éticas da IA, garantindo que seu uso beneficie a sociedade de maneira ética e responsável. Isso envolve não apenas a avaliação de questões legais e morais emergentes, mas também o desenvolvimento de estruturas regulatórias adequadas para orientar o uso e o desenvolvimento futuro da IA.

O primeiro capítulo apresenta o tema da Inteligência Artificial. Repartido em quatro momentos, sua primeira parte traz os conceitos iniciais de Inteligência Artificial e como ela surgiu; no segundo e terceiro momentos, são trazidos os conceitos de algoritmos, mineração de dados e análise preditiva de dados, estuando também como se relacionam com a IA; por fim, são abordados os riscos decorrentes da inteligência artificial. O segundo capítulo aborda o tema da responsabilidade civil na era da inteligência artificial. Também conta com quatro momentos, onde os dois primeiros são focados nos desafios regulatórios e éticos, respectivamente, enfrentados pelo Direito; a terceira parte desse capítulo envolve os conceitos de responsabilidade civil atrelados ao uso da inteligência artificial, ficando a última parte envolvida com os julgados recentes sobre o tema.

No que se refere à metodologia, a abordagem da pesquisa é teórica e descritiva. Os procedimentos técnicos envolveram a pesquisa bibliográfica nacional e internacional sobre os temas abordados.

2 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

2.1 Conhecendo a Inteligência Artificial

A Inteligência Artificial (IA) é um ramo da ciência da computação que se dedica ao desenvolvimento de sistemas capazes de imitar a inteligência humana, os quais possuem a habilidade de aprender, raciocinar, resolver problemas e tomar decisões de maneira autônoma, tendo como meta a criação de máquinas que possam executar tarefas

que, até recentemente, exigiam intervenção humana. Embora muitas vezes consideremos a IA como uma tecnologia recente, sua origem remonta a mais de 70 anos. Desde então, a IA tem evoluído continuamente, ampliando seu alcance e relevância em diversas áreas, sendo possível observar o seu progresso constante refletido na integração cada vez maior em nosso cotidiano, auxiliando em uma ampla gama de atividades (Pinheiro, 2019).

Na contemporaneidade, a IA está profundamente enraizada na vida diária, manifestando-se através de tecnologias como assistentes de voz e mecanismos de busca. Essas ferramentas exemplificam apenas uma fração do vasto campo de aplicação da IA, que também abrange setores como saúde, finanças, transporte e educação. Cada uma dessas áreas beneficia-se da capacidade da IA de processar grandes volumes de dados e fornecer soluções eficientes. O avanço da IA não apenas transforma indústrias, mas também levanta questões importantes sobre ética e impacto social. A maneira como interagimos com a tecnologia e as implicações de sua crescente autonomia são temas centrais na discussão sobre o futuro da IA. À medida que continuamos a explorar e expandir as fronteiras da inteligência artificial, é essencial considerar cuidadosamente como podemos integrar essas tecnologias de forma responsável e benéfica para a sociedade (Lordelo, 2021).

Os primeiros estudos a tratar do tema focou no modelo de neurônio artificial, que depois veio a ser um sistema onde vários neurônios se conectaram formando a Rede Neural. Esse estudo foi comandado pelo neurofisiologista Warren McCulloch e o matemático Walter Pitts, que em 1943 escreveram um artigo sobre como os neurônios poderiam funcionar e para isso, eles modelaram uma rede neural simples usando circuitos elétricos (Pinheiro, 2019). Desde então, temos testemunhado uma série de avanços significativos nos campos da ciência da computação, da robótica e da inteligência artificial. Estes avanços tornaram-se tão intrínsecos ao nosso dia a dia que mal percebemos sua presença. Recentemente, o desenvolvimento de algoritmos capazes de dialogar diretamente com humanos, como o Chat GPT, e outros capazes de gerar imagens com apenas alguns comandos, tem suscitado debates acalorados sobre o papel da inteligência artificial e os limites éticos e práticos dessas ferramentas na sociedade (Candioto e Karasinski, 2022).

Diante disso, não há dúvidas de que a IA surgiu como uma força impulsionadora na sociedade moderna, oferecendo uma série de benefícios e oportunidades para

indivíduos, empresas e governos. Desempenhando um papel fundamental nos avanços tecnológicos, a IA permite o desenvolvimento de sistemas mais inteligentes e eficazes e nós podemos ver isso quando empresas de todos os tamanhos estão fazendo uso e se beneficiando da implementação da IA em seus processos operacionais. Desde tarefas rotineiras a melhorar a experiência do cliente, a IA tem a capacidade de aumentar a eficiência e a produtividade das empresas que se adaptam a mudanças nos ambientes corporativos.

Os impactos positivos da IA na sociedade contemporânea são evidentes em uma ampla gama de setores e escalas, desde avanços tecnológicos até aprimoramentos em áreas críticas como saúde, negócios e experiência do usuário (Lordelo, 2021). A IA está catalisando mudanças significativas em nossas vidas. Embora nos deparemos com desafios e questões éticas, de privacidade e equidade, o potencial da IA para aprimorar nosso mundo e impulsionar o progresso humano é incontestável.

2.2 Algoritmo e sua aplicação na IA

A fim de se ter uma adequada compreensão acerca do tema da Inteligência Artificial torna-se necessário o estudo sobre diversos outros conceitos fundamentais que a envolvem, a exemplo dos *algoritmos*. Algoritmos são sequências de instruções passo a passo que os computadores utilizam para realizar diversas tarefas. Na inteligência artificial, esses algoritmos são empregados no treinamento de modelos de aprendizado de máquina, os quais têm a capacidade de realizar previsões e tomar decisões com base nos dados fornecidos.

O funcionamento dos algoritmos se dá a partir de dados (*inputs*) fornecidos para que aplicados em uma sequência de comandos e regras, produza um resultado (*output*) (Colombo *et al.*, 2023). A doutrina (Pereira, 2017) destaca que “ele não responde à pergunta *o que fazer?*, mas sim *como fazer?*”. Em termos mais técnicos, um algoritmo é uma sequência lógica, finita e definida de instruções que devem ser seguidas para resolver um problema ou executar uma tarefa”. Problemas podem surgir em todas as fases da aplicação de algoritmos, especialmente na definição de suas regras e no uso de dados inadequados. Em vista disso, há um aumento nos trabalhos que buscam levantar preocupações sobre três grandes questões decorrentes do seu uso: a) a utilização de conjuntos de dados (*inputs*) enviesados; b) a opacidade dos algoritmos não

transparentes; c) a discriminação que pode ser gerada por algoritmos de machine learning (Lordelo, 2021).

Os algoritmos de IA estão presentes na vida da maioria da população mundial, seja durante a navegação na internet ou no uso de ferramentas tecnológicas domésticas, como assistentes pessoais e smartphones. No âmbito jurídico, a discussão sobre o conceito de "juiz robô" e a implementação de decisões automatizadas tem ganhado destaque. Essa inovação levanta preocupações significativas sobre a utilização da IA na resolução de litígios, questionando a imparcialidade e a justiça desses processos. A implementação de IA no sistema judiciário suscita debates sobre a ética e a responsabilidade das decisões automatizadas. As preocupações giram em torno da capacidade da IA de compreender nuances jurídicas complexas e de evitar preconceitos embutidos nos dados e algoritmos utilizados, ressaltando a necessidade de uma abordagem cautelosa e bem regulamentada (Paiva e Freitas, 2023).

As autoras Danúbia de Paiva e Helena Freitas (2023) questionam: até que ponto a IA é acessória e não um novo sujeito processual? A IA é capaz de se adaptar aos institutos fundamentais do processo? É inegável que a tecnologia se apresenta como uma ferramenta crucial para auxiliar o Judiciário. No entanto, o processo judicial, como guardião dos direitos fundamentais, deve adotar um modelo participativo que permita a efetiva influência dos sujeitos processuais.

2.3 Mineração e análise preditiva de dados

Ainda dentro do tema da Inteligência Artificial, faz-se necessária uma abordagem acerca dos temas da mineração e análise preditiva de dados, responsáveis por desenvolver modelos de aprendizado de máquina que podem identificar padrões e tendências nos dados. Enquanto a mineração de dados se trata do processo de extração e coleta de informações valiosas de grandes conjuntos de dados, a análise preditiva utiliza essas informações para fazer previsões sobre o futuro de padrões e tendências com base nos dados coletados (Colombo e Facchini Neto, 2017). O crescimento exponencial na transferência de dados pelos próprios usuários da internet mundial é evidente, a circulação desses dados pode acontecer de diversas maneiras, seja através de uma corrida pelo aplicativo, seja através de um pedido de comida via delivery,

evidenciando-se uma clara dependência das pessoas do mundo virtual diante das facilidades que mineração desses dados consegue gerar.

Cristiano Colombo e Eugênio Facchini Neto (2017, p. 62-63) observam que os dados coletados têm duas classificações: estruturados e não estruturados.

Estruturados: dados organizados em linhas e colunas. Ex: dados coletados no portal transferência com nome, remuneração e cargo de servidores públicos

Não estruturados: textos, imagens, vídeos e sons. Ex: comentários escritos em redes sociais.

Dados estruturados e não estruturados são utilizados na mineração de dados, proporcionando insights valiosos para entidades que conseguem extrair informações de mercado lucrativas desses dados. Por outro lado, na análise preditiva, o foco é prever e projetar eventos futuros por meio de algoritmos computacionais, sem necessidade de intervenção direta humana (Colombo e Facchini Neto, 2017).

Para melhor compreensão do tema, temos que:

Através de técnicas realizadas por algoritmos computacionais, que receberão como entrada (*input*) dados que são fatos da vida real, como idade, profissão, sexo, preferências, níveis de sedentarismo, poderão devolver conhecimento (*output*), como, por exemplo, a um plano de saúde, prevendo custos e internações com determinado paciente ou população de usuários (Silva, Peres e Boscaroli, 2016 in Colombo e Facchini Neto, 2017, p. 532).

Pode-se então observar a vasta capacidade de uso e desenvolvimento da análise preditiva que tem grande potencial para otimizar operações, impulsionar receitas e mitigar riscos em diversos setores e tipos de negócios, abrangendo desde serviços bancários e varejo até empresas de água, energia, gás, setor público, saúde e manufatura.

2.4 Riscos decorrentes da IA

A IA é uma ferramenta extremamente poderosa que possui o potencial de ser utilizada tanto para benefícios quanto para prejuízos. Por essa razão, é crucial que o desenvolvimento e o uso da IA sejam realizados de maneira responsável, levando em conta princípios éticos e considerações legais, pois a forma como a IA é aplicada pode ter impactos profundos e duradouros na sociedade. A busca por soluções que facilitem

e agilizar a resolução de problemas é uma tendência natural do ser humano. No entanto, essa busca muitas vezes ocorre sem uma avaliação cuidadosa das possíveis consequências. A implementação de tecnologias de IA sem uma reflexão ética pode resultar em consequências negativas inesperadas, tanto para indivíduos quanto para a sociedade como um todo.

É essencial que, ao desenvolver e implementar sistemas de IA, os criadores e usuários considerem os impactos a longo prazo. Isso inclui a privacidade, a segurança, e a equidade, assegurando que a IA beneficie a todos de maneira justa. A falta de uma abordagem ética pode levar a abusos, discriminação e outros problemas sociais significativos.

Portanto, a responsabilidade no uso da IA não pode ser subestimada. Devemos promover um diálogo contínuo sobre os princípios que devem guiar o desenvolvimento da IA, garantindo que seu potencial seja utilizado para o bem comum, sempre tendo em mente que a conscientização e a educação sobre as implicações éticas e legais da IA são fundamentais para construir um futuro onde essa tecnologia possa ser uma força positiva na sociedade (Candiotto e Karasinski, 2022).

Os riscos associados à IA são variados, mas uma das principais preocupações diz respeito ao direito à privacidade, isso porque o uso da IA no processamento de dados pessoais levanta questões significativas sobre como essas informações são coletadas, armazenadas e utilizadas, destacando a necessidade de uma abordagem cuidadosa para proteger a privacidade dos indivíduos. A implementação inadequada de IA pode levar a vieses algorítmicos, discriminação, e falta de transparência nas decisões automatizadas. Esses riscos sublinham a importância de desenvolver e aplicar a IA de maneira ética e responsável, garantindo que seus benefícios sejam aproveitados sem comprometer direitos fundamentais.

Além da privacidade, existem outros exemplos de riscos inerentes à IA, como os abaixo indicados (Colombo et al., 2023):

- a) Vigilância e persuasão
- b) Decisões com vieses
- c) Impacto nos empregos
- d) Cibersegurança
- e) Atividades de alto risco
- f) IA em armas letais

De acordo com a doutrina (Lordelo, 2021, p .4), podem ser citados outros exemplos tendenciosos:

Um sistema de reconhecimento facial criado pela Google identificou pessoas negras como gorilas; o sistema de busca de contatos do aplicativo LinkedIn demonstrou uma preferência por nomes de pessoas do sexo masculino; Tay, mecanismo de IA lançado pela Microsoft para interagir com usuários do Twitter, passou a reproduzir mensagens xenofóbicas, racistas e antissemitas; o aplicativo de chat SimSimi, que utiliza inteligência artificial para conversar com os usuários, foi suspenso no Brasil por reproduzir ameaças, palavrões e conversas de teor sexual.

Mas quais são os limites dessa tecnologia?

Quais riscos a IA pode trazer tanto para a sociedade moderna quanto para o mundo jurídico? Até onde os juristas podem utilizar a IA sem incorrer em práticas antiéticas? Ainda não sabemos exatamente quais elementos são necessários para maximizar os benefícios no campo do direito e minimizar as consequências adversas, o que levanta a discussão sobre o uso ético e responsável da IA e suas funcionalidades. Sendo a IA uma replicadora do comportamento humano e ensinada a partir de dados de entrada, não há como não surgir a questão da responsabilização pelas respostas que eventualmente fornece. Com base nesses conceitos e reconhecendo que o uso da IA pode causar prejuízos, é essencial analisar a aplicação da responsabilidade civil por tais atos.

3 RESPONSABILIDADE CIVIL NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

3.1 Desafios regulatórios

Cada vez mais a IA ganha espaço na realidade diária do ser humano, ampliando sua inserção social ao ocupar espaços anteriormente dominados por humanos. Em razão disso, diversos países vêm buscando regulamentar a produção e a utilização da IA a fim de torná-la viável e segura para as pessoas.

Com o objetivo de destacar a necessidade de regular o desenvolvimento de robôs autônomos e inteligentes, em 2017 foi adotada uma resolução com Recomendações sobre regras de Direito Civil e Robótica pelo Parlamento Europeu (Melo e Andrade, 2022). No ano seguinte, foi publicado pela mesma Comissão Europeia relatório onde

demonstrou a sua estratégia na abordagem da Inteligência Artificial, ficando demonstrada sua intenção de aproveitar as oportunidades oferecidas pela tecnologia, e, em contrapartida, respeitando os valores e direitos fundamentais, assim como os princípios éticos (Melo e Andrade, 2022).

Conforme refere Melo e Andrade (2022):

Naquela época não houve a elaboração de nenhuma proposta legislativa, tendo-se, entretanto, publicado em 2020 o Livro Branco da Comissão sobre a inteligência artificial, que definiu a visão europeia sobre a disciplina da IA: “um ecossistema de excelência e confiança”.

Dando continuidade na regulação sobre o tema, foi lançado em 2021, pela Comissão Europeia, o chamado *Artificial Intelligence Act – COM/2021/206*, que tendo como base o risco, trata da proposta e impõe obrigações no que se refere ao uso do sistema de IA, assim como prevê restrições sobre a aplicação e dispõe especiais de governança (Greco e Alves, 2023).

No Brasil, o PL 21/2020, aprovado na Câmara dos Deputados, estabelece parâmetros para o uso ético, responsável e transparente de tecnologias de IA, materializadas sob a forma de princípio como a transparência, segurança e prevenção. O PL encontra-se em tramitação no Senado Federal desde 30/09/2021. a última movimentação que teve foi em 24/04/2024 com recebimento de contribuições do TCU e do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (Ibrac). Não obstante, a aprovação desse PL pela Câmara dos Deputados se deu em regime de urgência, o que teve como consequência críticas devido à ausência de tempo hábil para desenvolver as ideias.

Em sequência a esse PL, o Senado Federal instaurou a Comissão de Juristas responsável pela elaboração de um projeto substitutivo para a regulação da IA no Brasil. O resultado desse trabalho foi a publicação d PL 2338/2023, apresentado pelo Senador Rodrigo Pacheco. É possível dizer que o PL 2338/2023 se assemelha à proposta da União Europeia ao dispor sobre obrigações e responsabilidades aos fornecedores e operadores de IA, enquanto o PL 21/2020 traz uma abordagem mais principiológica (Opice Blum, 2023).

Justamente em razão dessa abordagem principiológica, o PL 21/2020 prevê em seu art. 5º os princípios para o desenvolvimento e aplicação da IA no Brasil:

I – **finalidade benéfica**: busca de resultados benéficos para a humanidade pelos sistemas de inteligência artificial;

II – **centralidade do ser humano**: respeito à dignidade humana, à privacidade, à proteção de dados pessoais e aos direitos fundamentais, quando o sistema tratar de questões relacionadas ao ser humano;

III – **não discriminação**: mitigação da possibilidade de uso dos sistemas para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos;

IV – **busca pela neutralidade**: recomendação de que os agentes atuantes na cadeia de desenvolvimento e de operação de sistemas de inteligência artificial busquem identificar e mitigar vieses contrários ao disposto na legislação vigente;

V – **transparência**: direito das pessoas de serem informadas de maneira clara, acessível e precisa sobre a utilização das soluções de inteligência artificial, salvo disposição legal em sentido contrário e observados os segredos comercial e industrial, nas seguintes hipóteses:

a) sobre o fato de estarem se comunicando diretamente com sistemas de inteligência artificial, tal como por meio de robôs de conversação para atendimento personalizado on-line (chatbot), quando estiverem utilizando esses sistemas;

b) sobre a identidade da pessoa natural, quando ela operar o sistema de maneira autônoma e individual, ou da pessoa jurídica responsável pela operação dos sistemas de inteligência artificial;

c) sobre critérios gerais que orientam o funcionamento do sistema de inteligência artificial, assegurados os segredos comercial e industrial, quando houver potencial de risco relevante para os direitos fundamentais;

VI – **segurança e prevenção**: utilização de medidas técnicas, organizacionais e administrativas, considerando o uso de meios razoáveis e disponíveis na ocasião, compatíveis com as melhores práticas, os padrões internacionais e a viabilidade econômica, direcionadas a permitir o gerenciamento e a mitigação de riscos oriundos da operação de sistemas de inteligência artificial durante todo o seu ciclo de vida e o seu contínuo funcionamento;

VII – **inovação responsável**: garantia de adoção do disposto nesta Lei, pelos agentes que atuam na cadeia de desenvolvimento e operação de sistemas de inteligência artificial que estejam em uso, documentando seu processo interno de gestão e responsabilizando-se, nos limites de sua respectiva participação, do contexto e das tecnologias disponíveis, pelos resultados do funcionamento desses sistemas;

VIII – **disponibilidade de dados**: não violação do direito de autor pelo uso de dados, de banco de dados e de textos por ele protegidos, para fins de treinamento de sistemas de inteligência artificial, desde que não seja impactada a exploração normal da obra por seu titular.

Já o PL 2338/2023, em consonância com o PL 21/2020 dispõe no art. 2º acerca dos fundamentos para o desenvolvimento, a implementação e o uso de sistemas de inteligência artificial no Brasil, já o art. 3º observa que esses mecanismos deverão atentar para a boa-fé e diversos princípios lá elencados.

No Sistema Judiciário Brasileiro, a IA surge por meio da Portaria 25/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que institui laboratórios de Processos Judiciais em meios Eletrônicos – Inova PJe e o Centro de Inteligência Artificial ao Pje (Conselho Nacional de Justiça, 2019) Com o fim de agilizar os processos eletrônicos, a IA analisa o processo, procura por decisões já tomadas sobre o mesmo assunto, fazendo uma análise comparativa de leis e gera uma decisão conforme a que o juiz já tenha proferido anteriormente (Greco e Alves, 2023).

O Supremo Tribunal Federal implementou em 2018 o sistema “Victor”: uma IA que auxilia na verificação inicial de processos que sobem ao STF, sendo capaz de solucionar recursos extraordinários e devolver aos tribunais de origem recursos que se enquadram entre os temas de repercussão geral. Esse nome é em homenagem a Victor Nunes Legal, ministro do STF de 1960 a 1968 (Greco e Alves, 2023). Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) lançou uma nova ferramenta de IA chamada VitorIA, representando um avanço significativo na qualificação dos serviços jurisdicionais por meio da tecnologia. VitorIA utiliza algoritmos para agrupar processos por similaridade de temas, automatizando o processo que anteriormente demandava trabalho manual. Surpreendentemente, a ferramenta tem capacidade para agrupar aproximadamente 5 mil processos em cerca de 2 minutos, demonstrando sua eficiência e potencial para otimizar o fluxo de trabalho judiciário (Brasil, 2023b).

Face a potencialidade que essa tecnologia pode impactar no nosso futuro, é crucial considerar a regulação de políticas públicas que ajudem a mitigar os potenciais impactos legais, éticos e sociais negativos que a IA pode acarretar.

3.2 Desafios éticos

Implementar medidas preventivas e reavaliar regularmente os riscos são elementos essenciais na jornada contínua em direção à criação de uma IA responsável. Felicia Swartzenberg (2023), estudando os ensinamentos de Evan Selinger, professor do Departamento de Filosofia da RIT, observa que não há uma fórmula definitiva para uma boa governança, mas sim um intenso debate entre especialistas sobre o significado e a aplicação da responsabilidade da IA. Ele destaca que a ética da IA é fundamentada em valores e princípios, porém, surgem contínuas divergências sobre sua interpretação e implementação, assim como na criação de mecanismos de responsabilização eficazes.

Há uma preocupação com a possibilidade de a IA ser utilizada para uma "lavagem ética", camuflando abusos de poder com listas de verificação superficiais e declarações de missão vazias. Ele ressalta a importância de considerar uma variedade de perspectivas, destacando diálogos construtivos com profissionais, inclusive da Microsoft, sobre essa questão (Swartzenberg, 2023).

Dentre as questões levantadas, pode-se elencar as seguintes:

- a) Viés: Os modelos de IA podem ser tendenciosos, o que pode levar à discriminação.
- b) Transparência: Pode ser difícil entender como os modelos de IA funcionam, o que pode levar à falta de confiança.
- c) Privacidade: A IA pode ser usada para coletar e analisar grandes quantidades de dados pessoais, o que levanta preocupações sobre privacidade.
- d) Segurança: Os sistemas de IA podem ser vulneráveis a ataques cibernéticos, o que pode ter consequências graves.

É recomendável que o uso de aplicativos e websites que envolvam a coleta de informações de consumidores inclua a devida informação e obtenção de consentimento, conforme estabelecido pelos artigos 7º e 11 da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados). Além disso, é crucial adotar medidas para proteger esses dados pessoais contra acessos não autorizados.

No contexto corporativo, é prudente que as empresas implementem iniciativas para que a IA seja uma ferramenta que potencialize as habilidades de seus colaboradores, contribuindo para a otimização contínua de suas operações diárias.

Não se pode esquecer que o ser humano deve ser o centro das atenções, com respeito à dignidade humana, privacidade e proteção de dados pessoais, sendo a IA utilizada de modo agregador, promovendo uma qualidade de vida e a autonomia humana.

3.3 Responsabilidade civil da IA

O respeito à dignidade humana, à privacidade e à proteção de dados pessoais, juntamente com uma compreensão mais aprofundada da inteligência artificial, resulta na implementação de mecanismos de governança. Estes têm como objetivo principal

mitigar os riscos associados ao uso da IA e responsabilizar aqueles que causam danos. Com o marco legal da IA, surge uma nova função, específica para tratar da relação existente entre os seres humanos e os algoritmos de inteligência artificial: o agente da IA.

Essa nova função foi prevista no PL 20/2021 em seu artigo 2º, conforme abaixo:

IV - agentes de inteligência artificial: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, e entes sem personalidade jurídica, assim considerados:

- a) **agentes de desenvolvimento**: todos aqueles que participam das fases de planejamento e design, coleta e processamento de dados e construção de modelo; de verificação e validação; ou de implantação do sistema de inteligência artificial; e
- b) **agente de operação**: todos aqueles que participam da fase de monitoramento e operação do sistema de inteligência artificial.

A alínea “a” direciona-se às empresas de tecnologia que desenvolvem os sistemas sem excluir aquelas que optam por elaborar o algoritmo internamente.

Já a alínea “b” é voltada para a utilização diária do sistema, estando direcionada para a relação direta da IA com o usuário. O inciso IV do art. 2º obriga o agente da IA à apresentação de relatório de impacto, contendo o ciclo de vida e as medidas de gerenciamento e mitigação dos riscos em cada fase do sistema (Nascimento, Souza e Oliveira, 2021) É fundamental identificar o momento em que ocorreu o comportamento conflituoso e potencialmente prejudicial ao usuário, para estabelecer a responsabilidade do agente de inteligência envolvido. Por exemplo, se o dano resultar de falhas na construção inicial do sistema, a responsabilidade recairá sobre o agente de desenvolvimento. No entanto, se o dano surgir de decisões tomadas durante a operação do sistema, a responsabilidade será atribuída ao agente de operação responsável pelo funcionamento cotidiano do sistema (Nascimento, Souza e Oliveira, 2021).

Já no PL 2338/2023, houve também a previsão dos agentes de inteligência artificial, dispostos como os fornecedores e operadores de sistemas de inteligência artificial, não havendo, contudo, a especificação de como são considerados os agentes de IA.

A implementação de mecanismos de responsabilização pelo uso inadequado da IA assume um papel de destaque, sendo elevada ao *status* de princípio. Tal preceito é contemplado no art. 6º, inciso VI, do Projeto de Lei 21/2020, que estabelece a

"responsabilização" e a "prestação de contas" como paradigmas fundamentais na conformidade com as normas de IA.

Art. 6º Ao disciplinar a aplicação de inteligência artificial, o poder público deverá observar as seguintes diretrizes:

VI – **responsabilidade**: as normas sobre responsabilidade dos agentes que atuam na cadeia de desenvolvimento e operação de sistemas de inteligência artificial deverão, salvo disposição legal em contrário, pautar-se na **responsabilidade subjetiva** e levar em consideração a efetiva participação desses agentes, os danos específicos que se deseja evitar ou remediar e a forma como esses agentes podem demonstrar adequação às normas aplicáveis, por meio de esforços razoáveis compatíveis com os padrões internacionais e as melhores práticas de mercado.

Similar a isso, no PL 2338/2023 tem-se previsto no art. 3º que “O desenvolvimento, a implementação e o uso de sistemas de inteligência artificial observarão a boa-fé e os seguintes princípios”:

- I – crescimento inclusivo, desenvolvimento sustentável e bem estar;
- II – autodeterminação e liberdade de decisão e de escolha;
- III – participação humana no ciclo da inteligência artificial e supervisão humana efetiva;
- IV – não discriminação;
- V – justiça, equidade e inclusão;
- VI – transparência, explicabilidade, inteligibilidade e auditabilidade;
- VII – confiabilidade e robustez dos sistemas de inteligência artificial e segurança da informação;
- VIII – devido processo legal, contestabilidade e contraditório;
- IX – rastreabilidade das decisões durante o ciclo de vida de sistemas de inteligência artificial como meio de prestação de contas e atribuição de responsabilidades a uma pessoa natural ou jurídica;
- X – prestação de contas, responsabilização e reparação integral de danos;
- XI – prevenção, precaução e mitigação de riscos sistêmicos derivados de usos intencionais ou não intencionais e de efeitos não previstos de sistemas de inteligência artificial; e
- XII – não maleficência e proporcionalidade entre os métodos empregados e as finalidades determinadas e legítimas dos sistemas de inteligência artificial.

O artigo 9º do PL 21/2020 estabelece como obrigações dos agentes de IA a responsabilidade pelas decisões tomadas pelo sistema de IA. Isso implica que, de acordo com o modelo proposto pelo projeto, é designado um responsável pelos possíveis danos causados pela IA.

Art. 9º São deveres dos agentes de inteligência artificial:

I - divulgar publicamente a instituição responsável pelo estabelecimento do sistema de inteligência artificial;

II - fornecer, na forma do inc. II do art. 7º, informações claras e adequadas a respeito dos critérios e dos procedimentos utilizados pelo sistema de inteligência artificial, observados os segredos comercial e industrial;

III - assegurar que os dados utilizados pelo sistema de inteligência artificial observem a Lei 13.709, de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados;

IV - implantar um sistema de inteligência artificial somente após avaliação adequada de seus objetivos, benefícios e riscos relacionados a cada fase do sistema e, caso seja o responsável pelo estabelecimento do sistema, encerrar o sistema se o seu controle humano não for mais possível;

V - responder, na forma da lei, pelas decisões tomadas por um sistema de inteligência artificial; e

VI - proteger continuamente os sistemas de inteligência artificial contra ameaças de segurança cibernética.

Parágrafo único. Para fins do inciso VI deste artigo, a responsabilidade pelos sistemas de inteligência artificial deve residir nos agentes de desenvolvimento e de operação de sistemas de inteligência artificial, observadas as suas funções.

No PL 2338/2023 não se encontra dispositivo que faça referência expressa aos deveres dos agentes de inteligência artificial, contudo no Capítulo VI que dispõe sobre Códigos de Boas Práticas e de Governança dispõe no art. 30 que:

Os agentes de inteligência artificial poderão, individualmente ou por meio de associações, formular códigos de boas práticas e de governança que estabeleçam as condições de organização, o regime de funcionamento, os procedimentos, inclusive sobre reclamações das pessoas afetadas, as normas de segurança, os padrões técnicos, as obrigações específicas para cada contexto de implementação, as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e as medidas de segurança técnicas e organizacionais apropriadas para a gestão dos riscos decorrentes da aplicação dos sistemas.

O Parlamento Europeu e o seu Conselho apresentaram em 2021 uma proposta que estabelece regras harmonizadas em matéria de IA, sendo possível destacar, dentre os tópicos elencados, as disposições específicas sobre práticas de IA proibidas a partir de uma abordagem baseada no risco (Nascimento, Souza e Oliveira, 2021):

- a) Risco inaceitável: relacionado dos direitos de personalidade
- b) Risco elevado: potencial de atingir a saúde, segurança e os direitos fundamentais

c) Risco baixo ou mínimo

As restrições aplicadas aos sistemas de IA com potencial elevado de violar direitos fundamentais estão diretamente associadas à proteção da saúde e segurança das pessoas. Diante dos riscos significativos envolvidos, o uso desses sistemas é permitido apenas mediante o cumprimento de requisitos rigorosos e a realização de uma avaliação criteriosa.

Um desses requisitos essenciais inclui o estabelecimento, implementação e manutenção de um sistema de gestão de riscos que abranja todo o ciclo de vida do sistema de IA (Nascimento, Souza e Oliveira, 2021):

Esse sistema de gestão de riscos deve ser projetado para identificar, avaliar e mitigar os riscos potenciais associados ao uso da IA, desde a fase de desenvolvimento até sua operação contínua. Isso implica a implementação de medidas preventivas e corretivas para garantir que a aplicação da IA não comprometa a integridade física, mental ou os direitos individuais dos usuários e da sociedade em geral (Nascimento, Souza e Oliveira, 2021).

Ao estabelecer essas diretrizes, as autoridades visam assegurar que a inovação tecnológica, como a IA, seja conduzida de maneira responsável e ética, protegendo os interesses dos cidadãos e evitando consequências adversas que possam surgir devido ao uso indevido ou inadequado desses sistemas avançados.

3.4 Decisões judiciais sobre o tema

Objetivando demonstrar de forma mais prática os ensinamentos até então propostos, já é possível identificar linhas jurisprudenciais orientadoras acerca do tema da responsabilidade civil conjugada com o uso da inteligência artificial.

O primeiro caso selecionado é do ano de 2023¹ e trata, na origem, de uma ação de indenização contra o Banco Itaú em que o autor alega ter sido vítima de um golpe,

¹ EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Inexistência de qualquer omissão, contradição, obscuridade ou erro material a permitir atribuição de efeito modificativo - Simples inconformismo com o julgado que visa à rediscussão da matéria - Impossibilidade - Na era da inteligência artificial e domínio dos algoritmos, injustificável a inexistência ou não utilização de meios usualmente empregados para identificar fraudes - Risco da atividade - Responsabilidade da instituição financeira pela desídia (falha do serviço) - Ausência de prova, pelo banco embargante, acerca da regularidade das transações reclamadas pelo consumidor, não servindo a tanto documento de formação unilateral e desprovido de dados seguros a respeito do celular utilizado para pagamento do título - Celeuma devidamente examinada - Caráter

consistente em receber uma ligação do suposto “banco” e ao retornar a ligação efetua um *pix* que não gostaria. Refere o autor que ao perceber o golpe, entrou em contato com o banco para noticiar o ocorrido, tendo um prejuízo total de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais).

Na sentença, o juiz de 1º grau destacou a vulnerabilidade do sistema que configura um risco da própria atividade da instituição financeira, destacando ainda a discrepância das movimentações financeiras efetivas do autor e aquelas praticadas pelos fraudadores, o que por si só seria suficiente para acionar o sistema de segurança do banco.

Ao julgar o caso, o Des. Mendes Pereira manteve a sentença destacando o risco da atividade desenvolvida pelo banco.

O segundo caso, mais recente, de 2024² trata, na origem, de uma ação declaratória de nulidade movida por uma cliente contra o Banco PAN em que alega, em síntese, que foi vítima de uma fraude, pois foi celebrado um contrato de financiamento de veículo em seu nome sem seu consentimento. Alega, no caso, que terceiros teriam usado documentos falsos para obter o crédito.

Ao julgar o caso, o relator Des Jacob Valente destacou que, em verdade, se trata de um golpe antigo praticado no mercado, contudo, no ambiente virtual, com a

infringente - Recurso que não tem o condão de instaurar nova discussão sobre controvérsia jurídica já apreciada - Embargos rejeitados. (São Paulo, 2023).

² DECLARATÓRIA – Inexistência de relação jurídica derivada da celebração de contrato de financiamento de veículo automotor por falsário – Pedido cumulado de indenização por danos morais diante da anotação restritiva da dívida, no patamar sugerido de R\$ 30.000,00 – Contestação fundada na assertiva de ausência de falha na celebração do contrato, em ambiente remoto, eis que não identificado irregularidade na documentação apresentada – Pretensão julgada antecipadamente e procedente em primeiro grau de jurisdição, porque não provada a regularidade da celebração do contrato, com claros indícios de fraude, fixando-se a indenização por danos morais em R\$ 5.000,00 – Irresignação recursal de ambas as partes: a-) da instituição financeira ré, reiterando a licitude do contrato, com pedido alternativo de redução da indenização; b-) da parte autora, buscando a majoração da indenização para o patamar requerido na inicial - RESPONSABILIDADE CIVIL – Inequivoca falha na prestação dos serviços da instituição financeira ré ao permitir a celebração do financiamento do veículo, em ambiente remoto, sem mecanismos adicionais de validação da autenticidade dos documentos apresentados e da idoneidade do usuário, mediante procedimentos de 'selfie dinâmica', geolocalização do hardware utilizado, confirmação por outros meios (SMS, e-mail, etc.), facilitando a ação de falsário – Simples confronto entre a capacidade financeira da parte autora e o local da sua geolocalização com aqueles informados pelo lojista que seria suficiente para interromper a liberação do crédito para compra de veículo de luxo - Evidente fortuito interno, atraindo a responsabilidade objetiva na forma da Súmula 479 do S.T.J. – Relação contratual reputada inexistente entre as partes – DANO MORAL – Caracterização com a publicização negativa de dívida inexistente - ARBITRAMENTO – Circunstância em que a indenização deve expressar, o quanto possível, a extensão do dano (artigo 944 do Código Civil), sem perder o caráter pedagógico ao ofensor e impedir o enriquecimento sem causa do ofendido, pautando-se pela proporcionalidade e moderação – Fixação no montante de R\$ 5.000,00 considerada adequada ao caso em testilha, no qual a restrição ficou ativa por quatro meses, sem maior potencialização – Sentença mantida – Apelações não providas. *(São Paulo, 2024).

possibilidade de extração de fotos e documentos em direitos sites, caberia à instituição financeira adotar mecanismos que diminuíssem o sucesso desse crime, como a exigência de selfies, reconhecimento biométrico, geolocalização do computador, entre outros.

Inclusive, quando da decisão, esses pontos foram destacados no acórdão, sendo mostrada a falha do banco ao não cruzar as informações de domicílio da suposta compradora, assim como foi destacado que pelo porte do banco, presume-se que ele deveria investir em sistemas sofisticados para antifraude, até com inteligência artificial, para evitar que contratações remotas causem danos a inocentes.

Diante disso, por evidente “fortuito interno” pela falha de segurança, atraindo a responsabilidade objetiva do banco, o Tribunal de Justiça de São Paulo determinou a reparação integral do dano com o pagamento de indenização no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feitas as devidas considerações, o que se verifica é que não se pode pensar na adoção de Inteligência Artificial desenfreada, sem considerar a necessidade de conhecer como se dá a sua aplicação, quais os riscos que ela implica e como isso se relaciona com a responsabilidade civil.

A Inteligência Artificial representa uma grande evolução do desenvolvimento tecnológico e os resultados disso são diversos, sendo uma ferramenta muito útil no dia a dia da população, auxiliando no ganho de tempo com tarefas que se desenvolvidas pelo ser humano podem levar muito mais tempo do que quando realizada por uma máquina.

Contudo, o uso irresponsável da Inteligência Artificial também traz resultados negativos e consequências até fatais, como por exemplo nas cirurgias realizadas por médicos.

É de suma importância entender os níveis de Inteligência Artificial que está sendo lidado e como o Direito, especialmente a Responsabilidade Civil, deverá lidar com isso.

Não é novidade que o Direito vive uma constante adaptação às novas realidades do mundo e não seria diferente no que se refere ao estudo da Responsabilidade Civil no que diz com relação à Inteligência Artificial.

A importância da regulação desse instituto está cada mais latente, o conhecimento acerca dos limites do seu uso respeitando a ética e a boa-fé, igualmente, e não é à toa que as decisões judiciais atualmente já estão levando em consideração essa nova realidade que se vive.

Essa nova realidade exige que, além de dispender atenção aos detalhes dessa tecnologia, suas implicações e adaptações, deve-se atentar também aos desafios jurídicos que surgem e surgirão, devendo o mundo jurídico preparar-se para acolher os conflitos e dar o melhor direcionamento sem que implique em retrocesso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. 2021. Projeto de Lei 20/2021. Estabelece princípios, direitos e deveres para o uso de inteligência artificial no Brasil, e dá providências. Autor da Proposta Eduardo Bismarck (PDT-CE). Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1853928&filenome=PL%2021/2020. Acesso em: 22 jun 2024

BRASIL. 2023. Projeto de Lei 2338/2023a. Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. Autor da proposta Rodrigo Pacheco (PDS-MG). Disponível em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9347622&ts=1718902555936&disposition=inline>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. STF finaliza testes de nova ferramenta de Inteligência Artificial. 11 maio 2023b. Disponível em <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=507120&ori=1>. Acesso em: 22 jun. 2024.

CANDIOTTO, K.B.B.; KARASINSKI, M. 2022. Inteligência artificial e os riscos existenciais reais: uma análise das limitações humanas de controle. Filosofia UNISINOS, 23(3)1:12. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,shib&db=asn&AN=160788834&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 21 abr. 2024.

COLOMBO, C.; FACCHINI NETO, E. 2017. Mineração de dados e análise preditiva: reflexões sobre possíveis violações ao direito de privacidade na sociedade da informação e critérios para sua adequada implementação à luz do ordenamento brasileiro. Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias (CONPEDI), 3(2): 59-80. Disponível em: <http://indexlaw.org/index.php/revistadgnt/article/view/2345>. Acesso em: 24 abr. 2024.

COLOMBO, Cristiano Inteligência artificial aplicada ao setor empresarial na oferta de bens e serviços [livro eletrônico] : princípios, riscos e recomendações práticas / Cristiano Colombo, Guilherme Damasio Goulart, Wilson Engelmann. -- Porto Alegre, RS : Gráfica RJR, 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. 2019. Inteligência artificial no poder judiciário brasileiro. Brasília: CNJ. Disponível https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/05/Inteligencia_artificial_no_poder_judiciario_brasileiro_2019-11-22.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024

GRECO, R.; ALVES, D.L.; DE MATTEU, I.F. 2023. Inteligência artificial, quais os limites? *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, 31(136):153-164.

LORDELO, J.P. 2021. Algoritmos e direitos fundamentais: riscos, transparência e accountability no uso de técnicas de automação decisória. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, (29):186:205-236.

MELO, B.L.A.; ANDRADE, D.C.M. 2022. Inteligência artificial e União Europeia: uma breve análise quanto à proposta de regulação apresentada pelo Conselho Europeu. *Revista dos Tribunais*, 111(1041):203-219.

NASCIMENTO, H.C.P.; SOUZA, M. B.; OLIVEIRA, P. S. 2021. A regulação da inteligência artificial e novos contornos para caracterização da responsabilidade civil. *Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias*, 7(2):73–90. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,shib&db=asn&AN=155349703&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 21 abr. 2024.

OPICE BLUM. 2023. Marco legal da inteligência artificial no Brasil (PL 2338/2023). Disponível em <https://opiceblum.com.br/marco-legal-da-inteligencia-artificial-no-brasil-pl-2338-2023/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

PAIVA, D.P.; FREITAS, H.P. 2023. Estudos iniciais da inteligência artificial: ferramenta acessória ou um novo sujeito processual? *Revista Meritum*, 18(4): 256–267. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,shib&db=asn&AN=174362680&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 21 abr. 2024.

PEREIRA, Ana Paula. O que é um algoritmo? Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/programacao/2082-o-que-e-algoritmo-.htm>. Acesso em: 24 ago. 2024.

PINHEIRO, A. 2019. Redes neurais artificiais. Fluke Operadora. Disponível em https://medium.com/@augusto_Pinheiro/redes-neurais-artificiais-133de77c7240 Acesso em: 26 maio 2024.

SÃO PAULO. 2024. Tribunal de Justiça. Apelação Cível 1039281-34.2023.8.26.0100; Relator (a): Jacob Valente. Órgão Julgador: 12ª Câmara de Direito Privado. Data do Julgamento: 16 abr. 2024.

SÃO PAULO. 2023. Tribunal de Justiça. Embargos de Declaração Cível 1004326-87.2022.8.26.0010. Relator (a): Mendes Pereira. Órgão Julgador: 15ª Câmara de Direito Data do Julgamento: 29/05/2023; Data de Registro: 29/05/2023)

SWARTZENBERG, Felicia. 2023. Philosophy, ethics, and the pursuit of 'responsible' artificial intelligence. Rochester Institute of Technology, (RIT). Disponível <https://www.rit.edu/news/philosophy-ethics-and-pursuit-responsible-artificial-intelligence>. Acesso em: 23 maio 2024